

ESCOLAS SEGURAS *e acolhedoras*

RECOMENDAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA O RETORNO PRESENCIAL DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS EM PERNAMBUCO

Pernambuco, 30 de novembro de 2020

SUMÁRIO

	Página
1. Apresentação do documento	03
2. Panorama da Pandemia e os Impactos na Educação de Pernambuco	05
3. Recomendações a partir da Sociedade Civil	07
3.1 Sobre quando voltar, na perspectiva	07
▪ dos Profissionais da Educação	
▪ da Educação Infantil	
▪ da Educação do Campo, Quilombola e Indígena	

- das Juventudes e da Diversidade
- das Meninas do Cabo de Santo Agostinho
- Análise dos questionários virtuais

3.2 Sobre como voltar..... 09

a) Estrutura das escolas relativa à segurança sanitária do retorno.

O que recomendam: 09

- a.i. Profissionais da Educação
- a.ii. a Educação Infantil
- a.iii. a Educação do Campo, Quilombola e Indígena
- a.iv. as Juventudes e a Diversidade
- a.v. as Meninas do Cabo de Santo Agostinho
- a.vi. Análise dos questionários virtuais

b) Condições dos profissionais de educação de gerir o retorno seguro, na perspectiva:..... 12

- a.i. dos Profissionais da Educação
- a.ii. da Educação Infantil
- a.iii. da Educação do Campo, Quilombola e Indígena
- a.iv. das Juventudes e da Diversidade
- a.v. das Meninas do Cabo de Santo Agostinho
- a.vi. Análise dos questionários virtuais

c) Plano de recuperação de conteúdos e da aprendizagem, na perspectiva:..14

- a.i. dos Profissionais da Educação
- a.ii. da Educação Infantil
- a.iii. da Educação do Campo, Quilombola e Indígena
- a.iv. das Juventudes e da Diversidade
- a.v. das Meninas do Cabo de Santo Agostinho
- a.vi. Análise dos questionários virtuais

d) Monitoramento da evasão escolar de meninas, na perspectiva: 15

- a.i. dos Profissionais da Educação
- a.ii. da Educação Infantil
- a.iii. da Educação do Campo, Quilombola e Indígena
- a.iv. das Juventudes e da Diversidade
- a.v. das Meninas do Cabo de Santo Agostinho
- a.vi. Análise dos questionários virtuais

4. Considerações Finais..... 18

1. Apresentação do documento

Esse documento é o resultado de um amplo processo de consulta realizada pelo projeto “Escolas seguras e Acolhedoras para a Convivência das Meninas e Jovens Mulheres com a Covid-19 em Pernambuco”, que em seu objetivo específico 1 pretende *promover um debate público, a partir do lugar dos movimentos sociais, coletivos, fóruns e organizações sociais, sobre os impactos da pandemia Covid-19 na educação de meninas (crianças e adolescentes) e jovens mulheres de Pernambuco, bem como sobre estratégias a serem implementadas para o retorno às aulas e à convivência com a COVID-19 nas escolas, considerando a proteção da vida, da saúde e da aprendizagem.*

Este projeto é uma iniciativa das instituições parceiras do Fundo Malala em Pernambuco: Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF), Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec) e Centro das Mulheres do Cabo (CMC), mobilizadas pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE) através de seu Comitê Pernambuco. O Comitê Pernambuco também aglutina ativistas individuais, uma rede estadual: o Fórum de Educação Infantil de Pernambuco (FEIPE), e uma associação comunitária: a Associação dos Moradores do Córrego da Fortuna e parte do Sítio Sapucaia - Amoforts.

Este projeto visa contribuir no debate, na incidência e no monitoramento das iniciativas governamentais relativas ao direito à educação, em especial sobre os protocolos orientadores do retorno às aulas presenciais, com atenção ao recorte de gênero e de raça, observando os impactos e necessidades que afetam as meninas em função da agudização das desigualdades e das violações de direitos decorrentes da pandemia. Pretende-se contribuir para a efetivação do direito à educação, especialmente das meninas adolescente e jovens mulheres, de acordo com os princípios constitucionais e diretrizes estabelecidas nas leis educacionais que regem o acesso à educação pública gratuita, laica e de qualidade, ou seja, a igualdade e equidade de oportunidades, independentes da condição social, de sexo, de raça/etnia, de sexualidade/gênero e de crença religiosa.

Esta iniciativa aposta na mobilização da sociedade civil para o debate em torno da garantia do direito à educação de meninas e jovens mulheres que se encontra ameaçado pela pandemia do Covid-19, contribuindo para que os protocolos de segurança e outras medidas sejam garantidas na fase de retorno às atividades educacionais presenciais, iniciando com uma ampla escuta, valorizando os vários olhares, qual processo resultou na elaboração deste documento, que aborda tanto os riscos colocados pela propagação do coronavírus, a partir dessa retomada, e as recomendações para um retorno seguro e sustentável.

Estas propostas são especialmente pensadas para que as meninas e jovens mulheres das escolas públicas de seis municípios e do Estado de Pernambuco consigam retornar às atividades presenciais de forma segura; e que as escolas e toda comunidade escolar tenham condições de propiciar um ambiente favorável a esse retorno, considerando as diversas modalidades de ensino e as diferentes realidades e necessidades dessas meninas estudantes, em especial aquelas que estão em situação de maior vulnerabilidade social e econômica, que são as meninas negras, moradoras das periferias urbanas, das comunidades rurais e das praias, as quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência.

Neste sentido, no mês de outubro de 2020 foram realizadas **4 Rodas Virtuais de Diálogos** com diversos segmentos da sociedade, que se constituíram um amplo processo de consulta com a finalidade de contribuir com a reflexão sobre o atual estágio da pandemia no estado de Pernambuco e, a partir daí, gerar recomendações para o aprimoramento das estratégias e procedimentos que já fazem parte de diversos protocolos e outros documentos de retomada às atividades educacionais, numa perspectiva de garantir um retorno seguro e acolhedor a todas as pessoas da

comunidade escolar, em especial as meninas, que são a prioridade deste projeto. Os sujeitos consultados nesse processo foram:

- a) Roda de Diálogo 1 – Profissionais da Educação;
- b) Roda de Diálogo 2 – Educação Infantil;
- c) Roda de Diálogo 3 – Educação do Campo, Quilombola e Indígena; e
- d) Roda de Diálogo 4 – Diversidades da Juventude.

Como forma de preparação e mobilização de pessoas representativas desses segmentos, bem como para fortalecer e ampliar essa consulta, foi elaborado e aplicado um questionário virtual com a ferramenta *google forms*, para para toda a base de atuação das organizações que compõem o Comitê Pernambuco, bem como para as pessoas convidadas que também encaminharam para pessoas de sua área de atuação. Durante as Rodas de Diálogo, o link do questionário também foi divulgado, pois a enquete era aberta para que toda pessoa interessada pelo tema, com interesse e disponibilidade, pudesse responder, o que totalizou a contribuição de 25 pessoas representativas.

As quatro Rodas de Diálogo foram realizadas virtualmente e transmitidas pelos canais de youtube e do facebook da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e alcançado mais de **3.500 visualizações**.

Esta ampla consulta mobilizou a participação de **50 (cinquenta) representações**, entre Sindicatos, Conselhos, Escolas, Organizações Não Governamentais, Coletivos de Mulheres e Jovens, Redes, Fóruns, Movimentos Sociais e Comunidades Quilombolas, conforme Relação em Anexo.

O documento também dialogou com os resultados do Diagnóstico Participativo realizado pelo Centro das Mulheres do Cabo, no âmbito do projeto “Meninas em Movimento pelo Direito à Educação de Qualidade”, também apoiado pelo Fundo Malala. Esse Diagnóstico contou com a participação de 315 pessoas, da qual 310 foram respondidas por meninas estudantes das três escolas participantes do projeto e apenas 4 foram respondidas por representações de gestores públicos. As escolas participantes são duas municipais, de ensino fundamental: Escola Municipal Professora Maria Tamar Leite da Fonseca e a Escola Municipal João Ciriaco; e uma estadual de ensino médio, a Escola Estadual Luíza Guerra.

Além dessa introdução, esse documento contempla uma breve contextualização da pandemia da Covid-19 em Pernambuco, seguida das recomendações sistematizadas a partir da consulta feita aos quatro segmentos que participaram das Rodas de Diálogo, finalizado com as Considerações Finais e um Anexo das organizações, instituições e movimentos sociais mobilizados na consulta.

As Recomendações buscam contribuir com os seguintes tópicos:

1. Sobre quando voltar.

2. Sobre como voltar, em relação à:

- *estrutura das escolas voltadas à segurança sanitária do retorno*
- *condições dos profissionais de educação de gerir o retorno seguro*
- *plano de recuperação de conteúdos e da aprendizagem*
- *monitoramento da evasão escolar de meninas*

2. Panorama da Pandemia e os Impactos na Educação de Pernambuco

O primeiro caso da Covid-19 no Brasil foi registrado oficialmente no dia 26 de fevereiro, em São Paulo. Um homem de 61 anos que fez uma viagem para Itália, à época o epicentro da doença na Europa. Em Pernambuco, os primeiros casos da Covid-19 foram divulgados em 12 de março pela Secretaria de Saúde do Estado, e a primeira morte ocorreu em 25 de março.

Em todo o Brasil, até o dia 18 de novembro, foram confirmados 5.945.849 casos e 167.455 óbitos. Em Pernambuco até esta mesma data os números chegaram a 172.716 casos confirmados e 8.873 óbitos. Os dados são do Portal Covid-19, que é atualizado diariamente pelo Ministério da Saúde. O pico da pandemia no país ocorreu no mês julho, quando foram confirmadas 32.912 mortes pela Covid-19, segundo dados apurados junto às secretarias de saúde pelo Consórcio de Veículos de Imprensa.

A pandemia tem mostrado a face da desigualdade no Brasil e alguns dados mostram que no acesso à educação isso não tem sido diferente. Desde a chegada do coronavírus, a população tem vivido uma série de mudanças e adaptações à pandemia. As medidas de isolamento social impostas através de decretos estaduais estabeleceram o fechamento de escolas, do comércio e empresas.

Na área da educação, a pandemia da Covid-19 impôs desafios tanto para a administração pública quanto para as famílias, professores e estudantes. As escolas de Pernambuco foram fechadas em 18 de março, impactando, pelo menos, 580 mil estudantes.

O ensino remoto no contexto da pandemia passou a ser imperativo no processo de aprendizagem. As atividades presenciais foram substituídas por aulas a distância, com conteúdos transmitidos pela TV e pela internet. Entre os quase 56 milhões de alunos matriculados na Educação Básica e Superior no Brasil, 35% (19,5 milhões) tiveram as aulas suspensas devido à pandemia de covid-19, enquanto 58% (32,4 milhões) passaram a ter aulas remotas. Na rede pública, 26% dos alunos que estão tendo aulas online não possuem acesso à internet, segundo dados da pesquisa realizada pelo Instituto DataSenado no mês de agosto. Outra pesquisa realizada pelo Datafolha estimou que cerca de 20% dos estudantes brasileiros não receberam nenhuma atividade escolar durante o período da pandemia.

A Secretaria de Educação de Pernambuco anunciou que o governo do estado iria investir 23 milhões em dados de telefonia para estudantes e professores acessarem conteúdos através das operadoras telefônicas que atuam em Pernambuco, beneficiando cerca de 500 mil estudantes e 30 mil professores da rede. Entretanto, o que temos visto é que nem todos os estudantes têm conseguido acompanhar. O acesso à uma internet de qualidade não é uma realidade para muitos estudantes, muitas famílias não têm computador e uma grande parcela dispõe apenas de celulares que, de certa forma, limita a experiência com as plataformas digitais utilizadas.

No entanto, pesquisas feitas com estudantes e professores apontaram que a falta de tempo ou de ferramentas tecnológicas não são os principais desafios para o estudo remoto. A falta de equilíbrio emocional para lidar com o dia a dia durante o período de distanciamento social, dificuldade de organização para o estudo à distância, a falta de um ambiente tranquilo em casa e preocupação com o que ficará para trás em termos de aprendizagem é o que tem pesado mais durante a pandemia.

A pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus realizada pelo Conselho Nacional de Juventude apontou que para 49% dos/das jovens pesquisados/as o lado

emocional (medo, ansiedade, estresse, etc.) é o que tem atrapalhado os estudos. E 44% dizem ser difícil tirar dúvidas com professores sem contato presencial.

A pesquisa “Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do coronavírus no Brasil” realizado pelo Instituto Península apontou também que entre professores/as pesquisados/as, 67% estavam ansiosos, 38% cansados e 35% se sentem sobrecarregados. E o que temos visto é que nenhuma medida tem sido tomada para cuidar do emocional das pessoas nesse período.

Na educação infantil o impacto é ainda maior uma vez que as crianças demandam mais atenção, a principal atividade é a socialização que necessita da convivência e da interação com o outro. Esse grupo foi o que menos recebeu atividade remota e o ensino a distância não é um recurso recomendável, por diversas razões, entre as quais, pedagógicas.

Pesquisadores brasileiros têm avaliado que os resultados no combate à pandemia no país foram negativos, consequência da fragmentação nas políticas estimuladas pelo próprio Governo Federal, que não investiu em medidas de testagem e de distanciamento social devido à ausência de estratégia e coordenação do Ministério da Saúde. Houve a substituição de dois ministros em meio à crise sanitária e o próprio Presidente tem desestimulado o uso da máscara, medida preventiva tida como imprescindível para evitar ou reduzir o contágio ao covid-19.

A nível federal o grau de coordenação das ações para diminuir o impacto da pandemia na vida da comunidade escolar é baixo. O Ministério da Educação não tem colaborado com os estados e tem sido ausente na manutenção das aulas remotas e na definição de protocolos de retorno às aulas. Em abril foi publicada a Medida Provisória 934/2020 pela Presidência da República que estabeleceu normas para o cumprimento do ano letivo, desobrigando as instituições de ensino a cumprirem o mínimo de 200 dias letivos exigidos por lei, desde que mantidas as 800 horas mínimas de aula, conforme já previa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em situações de emergência.

Governadores, prefeitos, professores, sindicatos e donos de estabelecimentos de ensino privados e organizações que lutam pelo direito à educação ainda não chegaram a um entendimento comum sobre o retorno das aulas presenciais. Dessa forma, diversas estratégias têm sido adotadas a fim de pautar os efeitos da pandemia da covid-19 na educação, ajudando a dimensionar o impacto das aulas remotas na aprendizagem, pressionar governos estaduais e federal a aumentar o investimento na educação pública e refletir sobre as condições de retorno das aulas presenciais.

Neste sentido, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação elaborou junto com outras entidades e movimentos, uma série de recomendações através de Notas Técnicas, posicionamentos públicos e eventos online, destacando os desafios e ameaças que a educação pública vem sofrendo desde o início da pandemia.

Entre essas recomendações foi lançado em maio um posicionamento público que pede uma maior complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e proteção do Custo Aluno-Qualidade (CAQ), alertando para o risco orçamentário que o uso de recursos do salário-educação neste Fundo traz para programas fundamentais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). E em junho, durante a Semana de Ação Mundial, foi lançada uma Carta Aberta para parlamentares exigindo a votação do novo Fundeb e a retirada do Salário-Educação da complementação do fundo pela União, entre outras iniciativas.

Além de um impacto imediato na educação, pesquisadores apontam que os efeitos da pandemia no futuro irão atingir principalmente a juventude com a queda da empregabilidade, da remuneração e uma menor longevidade. O coronavírus impôs a necessidade de uma nova organização no modelo de aprendizagem, mas não

podemos esquecer dos princípios básicos presentes na Constituição, que colocam a educação como um direito de todos e todas, dever do estado e da família e que deve ser fomentada pela sociedade.

3. Recomendações da Sociedade Civil

3.1 Sobre quando voltar

Na perspectiva dos Profissionais da Educação: é essencial o diálogo entre gestores municipais e toda a comunidade escolar, inclusive os conselhos municipais. Na avaliação das e dos profissionais da educação, **o diálogo não está acontecendo.**

É opinião unânime que **não há condições para o retorno seguro agora.** Foi destacada a **falta de investimentos** na infraestrutura sanitária das escolas; compra de equipamentos e materiais de proteção e higiene, assim como em formações e contratações de profissionais.

Alguns profissionais da educação ressaltam que, segundo a posição da comunidade científica da área da saúde pública e epidemiologia, **os indicadores epidemiológicos da pandemia no estado também não permitem o retorno** às aulas agora. (Representação da UNCME/PE; Representação do SINPRO/PE e Representação da Gestão da Escola Mundo Esperança, Sítio dos Pintos, Recife)

A representação dos profissionais da educação colocam **a vacinação como pré-requisito para o retorno seguro às aulas**, imunizando a comunidade escolar contra o novo coronavírus. (Representação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Mirandiba/PE; Representação da Gestão da Escola Mundo Esperança, Sítio dos Pintos, Recife e Representação do Sindicato dos Professores do Cabo de Santo Agostinho)

“Estamos numa “estabilidade” com alto número de infectados e mortos por dia no estado. Esse contexto não permite um retorno às aulas presenciais, nesse momento. Por isso que a categoria está resistindo à volta às aulas, a partir de decisões tomadas em assembleias nos sindicatos. Não se estabiliza onde se está morrendo!” (Representação do SINPRO/PE)

Na perspectiva da Educação Infantil: é opinião unânime que **não há condições para o retorno seguro agora.** Mas foi ressaltado que é necessário analisar o caso de cada município em relação à taxa de contágio individualmente, pois há municípios que estão controlando a transmissão, como é o caso de Fernando de Noronha. (Representação do Fórum de Educação Infantil de PE).

Segundo representante do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural de Pernambuco, **o retorno só pode ser feito a partir da vacina.**

O Conselho Municipal de Educação, junto com o Conselho de Saúde, tem uma Nota Pública onde coloca que o momento seguro para o retorno às aulas é **quando houver uma vacina ou medicação que mostre eficiência** no combate ao vírus, ou termine a pandemia. (Representação do Conselho Municipal de Educação do Recife; e Representação da Associação dos Educadores das Escolas Comunitárias)

*“É preocupante querer voltar às aulas da forma que está, **sem vacina, sem medicamento**, porque as escolas não têm estrutura.”* (Mãe de criança da educação infantil em Peixinhos, Olinda, e educadora do GCASC)

Foi destacado pelas profissionais da educação infantil que **é impossível realizar a educação infantil presencial sem o toque, com distanciamento social**. O brincar e o cuidar são elementos essenciais na educação infantil.

Perspectivas para a Educação do Campo, Quilombola e Indígena: frente à histórica desassistência ao atendimento educacional escolar nos contextos do campo, e ainda mais grave nos contextos quilombolas, a exemplo de não manutenção da infraestrutura das Escolas, baixa qualidade da Alimentação Escolar, falta de material didático e extrema exclusão digital, agora na pandemia, como citado no debate da Roda, a situação se agravou. Segundo a representação da UNCME/PE, um dos princípios para o retorno seguro é **a vacina**, outros são **o cumprimento de todos os protocolos, os recursos financeiros** aplicados para que os protocolos realmente aconteçam. É necessário um esforço conjunto, principalmente do **governo federal, que faça o pacto federativo com estados e municípios, garantindo recursos financeiros**.

“Eu não vejo nenhuma possibilidade de ter um retorno de forma segura e acolhedora sem a vacina, e sem um investimento na estrutura física.”
(Representante da Comissão de Articulação das Comunidades Quilombolas em PE)

O fortalecimento da gestão democrática nesse momento vem como elemento-chave. Em cumprimento ao princípio constitucional da participação da sociedade civil na tomada das decisões jurídico-políticas, através de audiências públicas e outros instrumentos, e preciso ouvir as comunidades, trazer as comunidades para essa organização. A escola segura, acolhedora para o retorno às aulas precisa construir esse processo com a participação das comunidades. (Representante do Comitê PE de Educação no Campo).

*“Nossa posição é de que voltar às aulas durante a pandemia é crime! Neste momento não há a mínima condição, pelo fato de que nós **não temos uma vacina** que garanta que todas as pessoas ficarão seguras para não contrair o coronavírus”*
(Representante do MST/PE)

Os municípios indicam que não vão retornar às aulas presenciais neste ano, sobretudo pelas fragilidades por conta **do financiamento e da implantação dos protocolos**. Os protocolos não trazem apenas o distanciamento social, é necessário o uso de máscaras, a higienização, **a testagem em massa** e as garantias sanitárias de proteção aos profissionais da educação. (Representante da Undime/PE)

*“É preciso que haja uma vacina e se implemente outros instrumentos para se **garantir uma volta às aulas com segurança**. Voltar às aulas na situação em que está é assinar o atestado de óbito para as crianças, adolescentes e suas famílias.”*
(Representante do MMTR/PE)

Perspectivas das Juventudes e da Diversidade: As problemáticas vivenciadas na pandemia são resultados de um processo de descaso, especialmente com a população negra. Essa população, que está em condição de **maior vulnerabilidade, tem raça e gênero**. Devido às desigualdades raciais, não é possível tratar as problemáticas ou construir propostas sem levar isso em consideração. (Representante do Coletivo de Juventude Cara Preta)

“O que se vê no Cabo é que mesmo sem ir à escola os jovens estão saindo e não estão se prevenindo em relação à Covid. **Precisamos enxergar a escola como um ambiente de apoio psicossocial.**” (Representante do Fórum de Juventudes do Cabo de Santo Agostinho)

Não podemos bater o pé e dizer que só volta quando tiver uma vacina, porque sabemos que quanto **mais o tempo passa, podemos ter retrocessos para recuperar.** (Representante da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco)

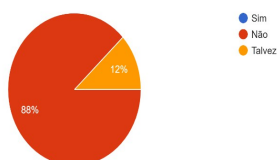
De acordo com diagnóstico realizado pelo **Centro das Mulheres do Cabo para o Projeto Meninas em Movimento pela Educação**, em outubro de 2020, em que foram entrevistadas 310 meninas de três escolas públicas do município de Cabo de Santo Agostinho, conforme responderam em questionário, há uma compreensão de que o vírus é recente e por isso ainda não se sabe lidar completamente com ele, sendo assim recomendável não ter o retorno presencial das aulas no momento.

Nesse sentido, várias opiniões sugerem **esperar a pandemia passar**. outras meninas acreditam que esse retorno só deveria acontecer após a pandemia passar **ou ter as vacinas**. As meninas que estão se preparando para exames seletivos para Escolas Técnicas, Enem, Institutos, expressaram preocupação sobre o cancelamento do ano letivo 2021. Algumas sugerem que seja garantido pelo menos 6 meses de atividades no próximo ano.

Segundo as pessoas que responderam ao questionário virtual (16 representantes de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, 4 profissionais da educação, 3 conselheiros/as de educação e 2 gestores/as públicos/as), **nenhuma pessoa avaliou que as escolas estão seguras nesse momento para um retorno presencial** às atividades, sendo que 88% afirmaram que elas NÃO estão seguras e 12% afirmaram que talvez estejam. Destacaram muitos dos pontos já apresentados acima nas perspectivas anteriores e foi destacada a falta de estrutura da saúde em atender a demanda de doentes da COVID-19. As pessoas que responderam “talvez”, lembraram das desigualdades das escolas, o que pode levar algumas a terem condições de retornar com segurança, desde que haja as **medidas de orientação, formação, distribuição de EPIs e itens de higiene**. Algumas pessoas trouxeram a **necessidade da vacina** para que haja o retorno com segurança.

Gráfico 1: Escolas estão seguras para retorno presencial das atividades?

4.1 Você considera que as escolas estão seguras para voltar às aulas?
25 respostas



3.2 Sobre como voltar

a) Estrutura das escolas voltadas à segurança sanitária do retorno

Na perspectiva dos Profissionais da Educação: a maioria das escolas públicas não possui condições estruturais para o retorno seguro, em especial as escolas das redes municipais. São apontados diversos problemas antigos na infraestrutura

das escolas, como a falta de água, espaços apertados e sem ventilação e salas lotadas.

A principal recomendação é de que sejam feitos **investimentos nas escolas** antes do retorno das atividades presenciais, tanto nas estruturas das escolas, como na compra de materiais de higienização e EPIs.

Foi ressaltado pelos profissionais da educação que não adianta construir protocolos cientificamente perfeitos sem considerar a realidade das escolas. **É necessário que os protocolos dialoguem com as realidades das escolas** e possam ser implementados.

Uma grande preocupação dos profissionais da educação é com **a necessidade de fiscalização da implementação dos protocolos**. Recomendam que **o Estado seja responsável pela fiscalização** (Representação do SINPRO/PE), e que, **além das prefeituras, outros órgãos como o PROCON também sejam responsáveis pela fiscalização**, pois apenas as prefeituras não terão condições de fiscalizar. (Representação do Sindicato dos Professores do Cabo de Santo Agostinho).

O transporte seguro do ponto de vista da pandemia. Para profissionais da educação e estudantes, o deslocamento para a escola é outro ponto de preocupação, em especial nas zonas rurais. (Representação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Mirandiba, Pernambuco e Representação do Sindicato dos Professores do Cabo de Santo Agostinho)

Na perspectiva para a Educação Infantil: existem escolas e creches que não têm o espaço adequado, não têm janelas e há muitas crianças ocupando a mesma sala. A questão da infraestrutura dificulta a implementação dos protocolos, muitas instituições não têm água. É necessário ter um espaço adequado, pia na altura das crianças, álcool em gel, tapetes sanitizantes.

O orçamento da educação vem sofrendo ataques. **São necessários mais investimentos**. As parcelas do Programa Dinheiro Direto nas Escolas (PDDE) não são suficientes para que as escolas sejam equipadas. Precisamos da **regulamentação do FUNDEB** para que a Educação Infantil tenha seguridade para a primeira etapa da Educação Básica. (Representação da Rede Estadual Primeira Infância de PE e da UNCME-PE)

*“Mesmo que consiga fazer uma escola segura, a cidade não está segura. Os/as professores/as e estudantes usam o **transporte público**. E o transporte nunca se manteve seguro desde que entrou em isolamento social.”* (Representação do Conselho Municipal de Educação do Recife)

Segundo as perspectivas da Educação do Campo, Quilombola e Indígena: são necessários **investimentos na estrutura** das escolas. **Não podemos esquecer a fragilidade que já existia antes da pandemia**. Especialmente nos locais mais longínquos. (Representação da Undime/PE)

O FUNDEB precisa ser reforçado, ampliado. É necessário derrubar a EC do teto dos gastos públicos. No Semiárido, a **maior necessidade seria a garantia da água**. (Representação da Casa da Mulher do Nordeste)

“Educação é um direito, mas não pode ser de qualquer jeito!” (Representante da Comissão Estadual de Professores Indígenas)

A maioria das escolas quilombolas só tem uma sala, como é que vamos fazer o distanciamento entre os estudantes? **A maioria das escolas quilombolas não tem banheiro, as que têm é um banheiro só, não tem água encanada.** (Representante da Comissão de Articulação das Comunidades Quilombolas de PE).

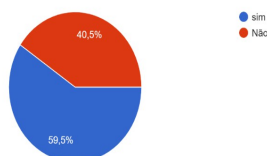
“Que o governo garanta para todos as ferramentas tecnológicas, acesso à internet e transporte para todos.” (Representante da UNCME/PE)

Perspectivas das Juventudes e da Diversidade: Organizações do Movimento Negro buscam evidenciar a importância do acesso à educação, porque esse espaço sempre foi negado e no contexto de pandemia não seria diferente. A questão estrutural é muito importante nesse momento. As salas de aulas já estavam superlotadas.

Na perspectiva das meninas do Projeto Meninas em Movimento pela Educação, apesar de as escolas do projeto apresentarem infraestrutura razoável e acima da média dos padrões da realidade brasileira, 40,5% das meninas avaliam que não há condições de as escolas garantirem o distanciamento social. A opinião dos/as gestores/as entrevistado/as na pesquisa reforça essa preocupação, pois apenas 25% responderam que suas organizações estão seguras e/ou preparadas para aulas presenciais.

Gráfico 2: Opinião das meninas sobre as condições das escolas para garantir distanciamento

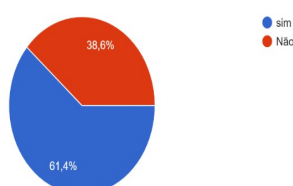
27. Sobre a sua escola, você avalia que ela tem condições de oferecer distanciamento social necessário entre os alunos na sala de aula?
316 respostas



Detalhando a opinião das meninas sobre as condições das escolas em que estão matriculadas, 61,4% avaliam que a estrutura da escola tem segurança sanitária com instalações adequadas (água, papel higiênicos, produtos de higiene e limpeza) para atender os protocolos sanitários. Porém, pode-se considerar muito relevante a opinião de quase 40% dessas meninas que avaliam que essas escolas não têm a estrutura para garantir essa segurança sanitária, especialmente porque 75% dos gestores não consideram que as escolas apresentam essas condições.

Gráfico 3: Condições sanitárias das escolas (percepção das meninas)

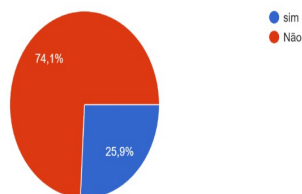
28. A estrutura da escola tem segurança sanitária com instalações adequadas (água, papel higiênicos, produtos de higiene e limpeza)?
316 respostas



Uma das questões mais importantes que se constata nesse mesmo diagnóstico diz respeito à opinião das meninas sobre o transporte desde sua casa até as escolas. 74,15% das meninas avaliaram que não consideram esse transporte seguro para o retorno presencial das aulas. Essa mesma avaliação foi realizada por 100% dos/as gestores/as que participaram da enquete.

Gráfico 4: Condições do transporte escolar (percepção das meninas)

30. você considera o transporte um lugar seguro para retorno das aulas?
317 respostas

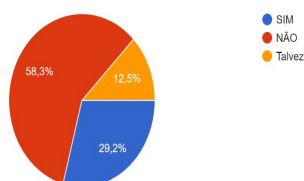


As meninas sugerem: melhorar a **estrutura das escolas**, disponibilizar **itens de biossegurança** como álcool em gel, **EPIs para estudantes e professores**, oferecer **orientações preventivas**, e melhorar o **Transporte Escolar**.

Na perspectiva das pessoas que responderam ao questionário virtual, 58,3% afirmam que as escolas não têm condições de garantir distanciamento necessário entre alunos/as na sala de aula e 12,5% têm dúvidas sobre a capacidade de as escolas oferecerem tal condição.

Gráfico 5: Condições das escolas de garantir distanciamento social

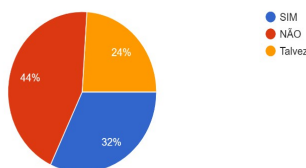
5.1 Distanciamento necessário entre alunos/as na sala de aula?
24 respostas



No quesito da segurança sanitária (instalações adequadas, materiais disponíveis e profissionais para a manutenção), 44% opinam que as escolas não têm essas condições e 24% têm dúvidas. Sugerem adequar a infraestrutura das escolas, promovendo reformas nas instalações sanitárias das escolas e que possibilitem o distanciamento escolar. Além de garantir um quantitativo maior de funcionários para que se consiga cumprir as normas de protocolo.

Gráfico 6: Condições das escolas de garantir segurança sanitária

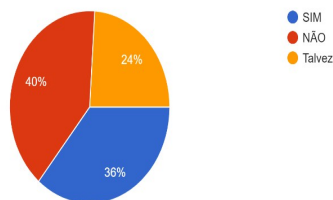
5.2 Segurança sanitária com instalações adequadas (água, papel higiênico, produtos de higiene e limpeza)? E profissionais para a manutenção sistemática?
25 respostas



Em relação à oferta adequada de Alimentação Escolar, as respostas se apresentaram mais positivas, porém ainda abaixo das expectativas sobre essa importante condição de retorno seguro. 40% afirmam que as escolas não têm essa condição e 24% responderam talvez.

Gráfico 7: Condições de ofertar alimentação escolar adequada.

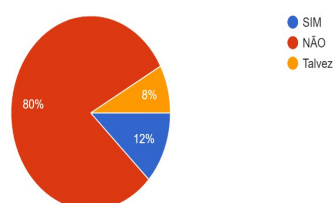
5.4 Oferta de alimentação escolar adequada?
25 respostas



Sobre o Transporte Escolar adequado, inclusive com distanciamento, durante o trajeto casa-escola, 80% avaliam que esse transporte não é adequado e seguro.

Gráfico 8: Condições adequadas de Transporte Escolar

5.5 Transporte escolar adequado, inclusive com distanciamento, durante o transporte?
25 respostas



b) Condições dos profissionais de educação de gerir o retorno seguro

Na Perspectiva dos Profissionais da Educação: não foram dadas condições em termos de equipamento, conexão com internet ou formação em tecnologias para que os profissionais da educação pudessem desenvolver atividades remotas. Com a volta às aulas em sistema híbrido permanece a **necessidade de investimentos em equipamentos, conectividade e formações com os profissionais da educação**, que tiveram de investir até agora recursos próprios. Também persiste a necessidade de **apoio aos estudantes que possuem dificuldades de aquisição de equipamentos - mais ainda com tecnologia que sustenta plataformas de videoconferências - e de conexão com internet, especialmente nas zonas rurais.**

Foi destacada a necessidade da presença de **profissionais de saúde e de psicologia nas escolas** para garantir a implementação dos protocolos de segurança e prestarem apoio psicológico aos profissionais da educação e estudantes. (Representação do Sindicato dos Professores do Cabo de Santo Agostinho)

O Governo do Estado e as Prefeituras devem **garantir a compra dos EPIs para uso dos profissionais da educação e estudantes**, para que não seja mais um investimento que terá de sair do bolso dos profissionais e famílias. (Representação do Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Olinda)

Na perspectiva para a Educação Infantil: falta conhecimento sobre como identificar sintomas nas crianças, quais os cuidados específicos para as crianças pequenas em

relação aos protocolos de segurança. Os profissionais da educação não estão sendo capacitados para os protocolos. Por isso, é necessária uma **formação articulada com os trabalhadores da saúde**, precisamos de capacitação dos profissionais de saúde, das famílias, da sociedade e dos trabalhadores em educação.

“É necessário conhecimentos específicos da área de saúde e assistência social, ter indicadores e possibilidades para obter conhecimento sobre o vírus e conhecimentos específicos para se fortalecer e criar possibilidades de conviver com o vírus.” (Representante do Fórum de Educação Infantil de PE)

Há uma preocupação com as crianças por parte dos conselhos tutelares. Estão recebendo muitas ocorrências de maus tratos, abandono, crianças que precisam de **acompanhamento psicológico** porque estão ficando em casa presa e com depressão, angústia, medo. (Representação do Conselho Tutelar do Recife)

Perspectivas para a Educação do Campo, Quilombola e Indígena: teve destaque nas falas das pessoas convidadas a dificuldade em lidar com as ferramentas tecnológicas. Por isso, existe a necessidade de que o poder público dê **acessibilidade tecnológica e toda a formação para os professores.**

“É necessário um processo de discussão pedagógica, de como a gente reeducar nossos hábitos.” (Representante do CAATINGA, Ouricuri)

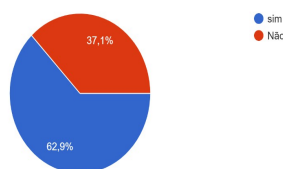
Perspectivas das Juventudes e da Diversidade: Considerar também o **acompanhamento psicológico e social dos educadores, estudantes e famílias** por uma equipe multidisciplinar a partir da construção de programas financiados pelos três níveis de governo. (Representação do Coletivo de juventude Cara Preta)

Em relação à educação para pessoas com deficiência, precisamos pensar **em quem cuida do cuidador**. Se um professor está cuidando da minha filha eu também preciso seguir os protocolos para preservar a saúde dele. (Mãe de estudante com deficiência)

Na perspectiva das meninas do Projeto Meninas em Movimento pela Educação, a maioria delas avaliam que os/as professores/as estão preparados/as para retornar às aulas.

Gráfico 9: Condições dos/as professores/as para o retorno às aulas (opinião das meninas)

29. você considera que os professores/as estão preparados/as para retornar as aulas neste novo contexto de covid-19?
310 respostas

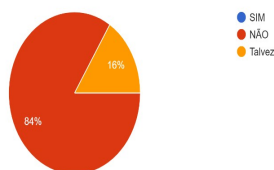


Novamente, pode-se considerar que um percentual de 37,1% das opiniões contrárias a essa afirmação é muito significativo e indica que sejam adotadas melhores condições para que os/as professores/as se sintam mais preparados/as e seguros/as para o retorno presencial às aulas.

Na perspectiva das pessoas que responderam ao questionário virtual, nenhuma pessoa opinou positivamente, sendo que 84% avaliaram que esses/as profissionais não se encontram em tal condição e 16% ficaram na dúvida sobre formação dos/as profissionais.

Gráfico 10: Condições dos/as professores/as para o retorno às atividades presenciais

5.3 Professores/as e outros profissionais da educação estão preparados/as para tal situação?
25 respostas



Sugerem que a gestão escolar deve **planejar junto aos professores**, que os governos garantam um **quantitativo maior de funcionários** para que se consiga cumprir as normas de protocolo. Que seja promovida a **formação para os professores sobre metodologia e didática** para educação de forma remota e **sobre medidas protetivas para todos os profissionais da educação** (gestores, professores, merendeiras), além de **investir em recursos tecnológicos para os professores e estudantes**. Por fim, a **fiscalização** deve ocorrer, com especial incumbência dos conselhos.

c) Plano de recuperação de conteúdos e da aprendizagem

Na perspectiva dos Profissionais da Educação: o acesso às atividades remotas pelos estudantes não ocorreu de forma equitativa, especialmente nas zonas rurais. (Representação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Mirandiba/PE e Representação do Fórum Municipal Popular do Recife)

“Não existe ano perdido, existe sim ano que se recupera, mas garantindo a vida e a segurança dos trabalhadores e trabalhadoras em educação e dos estudantes.”
(Representante do Sindicato dos Professores do Cabo de Santo Agostinho/PE)

Poderiam ser feitos **estudos sobre o estado da aprendizagem durante o período de atividades remotas**. (Representação da UNCME/PE)

*“Temos até o final de 2021 para organizar o calendário escolar, então não há motivo para pressa. Essa pressa pode gerar muitos prejuízos à vida. **Pra a gente vidas importam e as vidas das meninas importam!**”* (Representante do Fórum Municipal Popular do Recife)

Na perspectiva para a Educação Infantil: muitas ações estão acontecendo, colocando o ensino remoto na educação infantil ferindo a constituição federal, a LDB e as diretrizes curriculares da educação infantil, que o primeiro eixo é o mais importante que é **o cuidar e educar**. (Representação da Rede Estadual Primeira Infância de PE e da UNCME-PE)

*“As mulheres estão preocupadas porque as crianças estão nas ruas, sem estudar. O ensino remoto não é certo, não está funcionando para as crianças. As mães estão preocupadas com a aprendizagem das crianças. **O aprendizado está defasado e para recuperar vai ser difícil. É um déficit que vai se perpetuar pela vida toda.**”* (Representação do Fórum de Mulheres de PE)

Segundo as perspectivas para a Educação do Campo, Quilombola e Indígena: grande parte dos estudantes das zonas rurais não possui acesso à internet. A proposta do governo foi de fazer as aulas online, mas não deram nenhum apoio e a internet aqui, quando chega, é de má qualidade. (Diva Rodrigues - Comissão de Articulação das Comunidades Quilombolas)

em PE) **Muitos alunos não foram nem buscar as atividades remotas nas escolas, e nem conseguiram acessar as atividades online.** (Raquel Moura - Casa da Mulher do Nordeste)

Os povos indígenas se **posicionaram de maneira contrária a esse tipo de educação**, porque a educação online não daria ênfase àquilo que é um dos princípios basilares da educação indígena: que a educação seja de qualidade. (Thiago Xukuru - Comissão Estadual de Professores Indígenas)

Perspectivas das Juventudes e da Diversidade: antes da pandemia já existiam as dificuldades, e depois que a pandemia chegou, a situação piorou. Uma preocupação é passar de ano sem saber dos conteúdos.

Na perspectiva das meninas do Projeto Meninas em Movimento pela Educação, a maioria delas teve acesso à internet e a aulas online ou pela TV acima da média brasileira registrada antes da pandemia, ainda que a maior parte delas acessem internet de baixa qualidade.

Apesar desse esforço das escolas em manterem esse vínculo com as meninas, mais de 30% delas não tiveram um vínculo permanente com as escolas e os resultados desse diagnóstico alertam que essas escolas precisam identificar quem são essas meninas, para que no retorno presencial às aulas possa adotar mecanismos de busca ativa e de atividades compensatórias para os possíveis prejuízos de aprendizagem decorrentes da desse vínculo sistemático, pois mesmo para aquelas que tiveram acesso aos conteúdos disponibilizados virtualmente, 63,7% afirmaram que enfrentaram dificuldades para acessar os meios disponibilizados pelas escolas.

Na perspectiva das pessoas que responderam ao questionário virtual, é necessário investimento em equipamentos e formações para os profissionais da educação poderem dar conta das atividades no sistema híbrido ou completamente remoto. O currículo deve ser adaptado em diálogo com a gestão das escolas e as famílias.

d) **Monitoramento da evasão escolar de meninas**

Na perspectiva dos Profissionais da Educação: não está ocorrendo a busca ativa para alcançar as famílias que não foram buscar os kits de alimentação. Deveria ser feito um diagnóstico de quantas não vieram buscar e realizar a busca ativa com a ajuda da assistência social. (Representação do Conselho de Educação de Igarassu/PE e Sindicato dos Servidores Públicos de Igarassu/PE)

Na perspectiva para a Educação Infantil: A questão da não obrigatoriedade da educação infantil e a possibilidade dessa modalidade deixar de existir é preocupante. (Representação do Fórum de Educação Infantil de PE)

Perspectivas para a Educação do Campo, Quilombola e Indígena: **Precisamos reabrir escolas do campo.** Fechamos tantas escolas com a justificativa de que eram poucos alunos, então agora essa é a medida protetiva de que sejam poucos alunos. Está na hora de reabrir essas escolas, de preferência com professores da própria comunidade para evitar transporte de ir e vir à cidade. (Representação do CAATINGA, Ouricuri)

Perspectivas das Juventudes e da Diversidade: É preciso criar **subsídios emergenciais** para alunos, educadores e famílias. Existe uma elevação do risco de

evasão escolar porque muitos jovens não puderam ficar em casa e precisaram sair para trabalhar. Provavelmente muitos vão continuar trabalhando e não vão voltar às escolas. (Representação do Coletivo de juventude Cara Preta)

Historicamente já existe uma dificuldade das meninas e mulheres acessarem a educação e a pandemia não foi a causadora das grandes dificuldades do acesso à educação para as meninas. **A gravidez precoce** é uma questão que causa a evasão escolar. Um apoio psicológico é fundamental.

O jovem negro e negra não tem acesso a nenhum apoio psicológico. É importante que os governantes entendam que **o apoio psicológico e psicossocial dentro da escola** é fundamental nesse período tão perturbador para todo mundo e de tantas perdas. (Representação do Fórum de Juventudes do Cabo de Santo Agostinho)

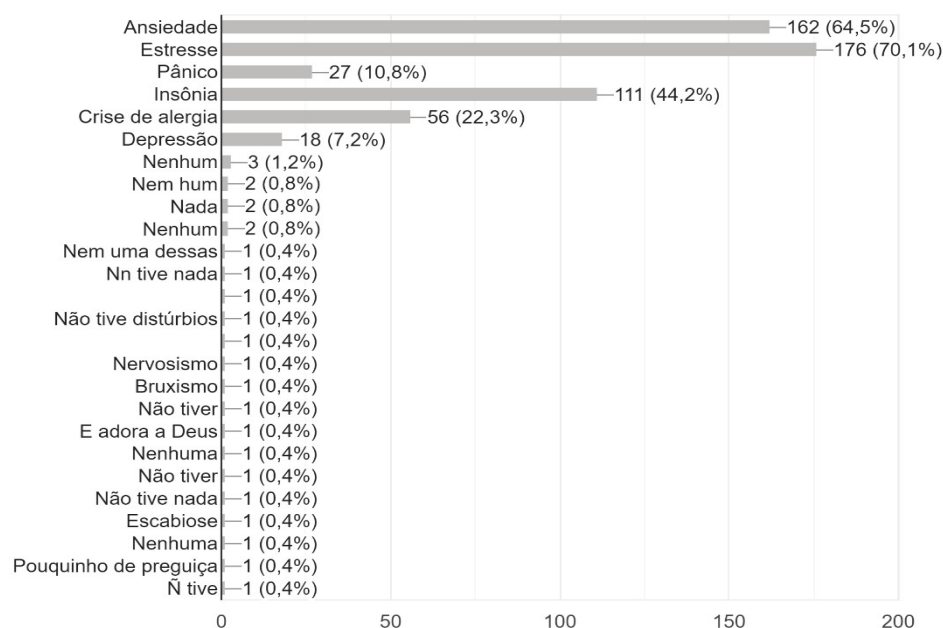
A perspectivas das meninas do projeto Meninas em Movimento pela Educação, no Cabo de Santo Agostinho, é muito semelhante ao apontado pelas jovens da Roda de Diálogo das Juventudes e Diversidades. Sobre a gravidez na adolescência, o percentual de meninas entrevistadas que declararam que já engravidaram pode ser considerado preocupante para a faixa etária que elas se encontram (38,5% entre 12 e 14 anos; 26,8% entre 15 e 16 anos; e 28,1% entre 17 e 18 anos), pois 8,3% já engravidaram.

Sobre a saúde mental, quando se pergunta às meninas se elas tiveram alguma mudança de comportamento (distúrbios) por conta da pandemia, aproximadamente 52% afirmaram positivamente. Uma entre dez meninas afirmou vivenciar situação de estresse. Uma grande parcela dessas meninas (64,5%) relatou que já teve crise de ansiedade. 44% relataram que aumentou a insônia; 22,3 % tiveram crises de alergia; 10,8% tiveram crise de pânico; e 7,2% relatam que tiveram depressão.

Gráfico 11: Mudanças no comportamento das meninas na pandemia.

22. Marque quais as mudanças de comportamento você teve nesta pandemia. Pode marcar mais de uma opção.

251 respostas



Na perspectiva das pessoas que responderam ao questionário virtual, é necessário que conselhos e gestão escolar realizem **cursos, oficinas e fiscalização** com Conselhos Tutelares sobre a **segurança alimentar**, palestras sobre a **violência familiar**; que nos dias de entrega de material se aproximem mais das famílias e lhes dêem orientação sobre as medidas de prevenção e cuidados no espaço escolar.

A assistência social precisa de mais investimentos em recursos humanos e materiais para o monitoramento de uma ação com responsabilidade social, **busca ativa** das famílias mais vulneráveis, **acompanhamento das famílias, mapeamento da situação das famílias, encaminhamentos para o acesso a serviços**. E os profissionais da educação devem participar dos momentos **formativos e acolher as famílias e estudantes** quando acontecer o retorno.

4. Considerações Finais

Anexo: Lista de Organizações, Instituições e Movimentos Sociais participantes da Consulta

1. Adessu Baixa Verde - Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde.
2. Associação das Comunidades Quilombolas de Mirandiba, Pernambuco (ASCQUIMI)
3. Associação de Educadores das Escolas Comunitárias (AEEC)
4. Associação Mulheres Amigas do Ipsep - AMAI
5. Campanha Nacional pelo Direito à Educação – Comitê Rio
6. Casa da Mulher do Nordeste (CMN)
7. Centro das Mulheres do Cabo – CMC
8. Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas – Caatinga
9. Centro de Cultura Luiz Freire – CCLF
10. Centro de Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – Cendhec
11. Coletivo de Juventude Cara Preta
12. Coletivo Leoas do Norte.
13. Comissão de Articulação das Comunidades Quilombolas em Pernambuco
14. Comissão Estadual de Professores Indígenas - COPIPE
15. Comitê Pernambucano de Educação no Campo
16. Comunidade Quilombola de Serra do Talhado, Mirandiba/PE;
17. Comunidade Quilombola Engenho Siqueira, de Rio Formoso, Pernambuco
18. Comunidade Quilombola Jardim Mirandiba,
19. Comunidade Quilombola Pedra do Amolar, Mirandiba/PE;
20. Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente -COMDICA Recife.
21. Conselho Municipal de Educação de Igarassu, Pernambuco
22. Conselho Municipal de Educação do Recife
23. Conselho Tutelar Recife (RPA 3A)
24. Escola Mundo Esperança, em Sítio dos Pintos, Recife.
25. Escola [Municipal de Educação Infantil](#) Dom Luiz De Nadal – Porto Alegre (RS)
26. Escola Solon Jerônimo de Melo, Casinhas (PE)
27. Fórum de Juventudes do Cabo – FOJUCA
28. Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE).
29. Fórum em defesa da Educação Infantil de Pernambuco – FEIPE.

30. Fórum Municipal Popular do Recife
31. Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ
32. Grupo Leões do Norte
33. Marcha Mundial de Mulheres (MMM)
34. Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco - MMTR/PE.
35. Movimento dos Trabalhadores sem Terra em Pernambuco (MST/PE)
36. Secretaria de Educação da Prefeitura da Cidade do Recife.
37. Rede da Primeira Infância de Pernambuco.
38. Rede de Cultura Popular Brasileira de Juazeiro/BA
39. Rede de Mulheres Negras de Pernambuco
40. Rede Estadual da Primeira Infância (REPI)
41. Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Olinda (SINPMOL)
42. Sindicato dos Professores do Cabo de Santo Agostinho (SINPC)
43. Sindicato dos Professores do Estado de Pernambuco (SINPRO/PE)
44. Sindicato dos Servidores Públicos de Igarassu (SINSPI)
45. Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Pombos – SINDPOMBOS
46. Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Mirandiba, Pernambuco
47. União dos Dirigentes Municipais de Educação em Pernambuco (Undime/PE)
48. União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação em Pernambuco (UNCME/PE)
49. Universidade de Pernambuco (UPE)
50. Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL);